

BID, uma alternativa aos Parques Tecnológicos!



GLÁUCIO BRANDÃO

Você já ouviu falar em BID, *Business Improvement District*? Não, então vamos à “mãe dos burros virtuais”, a [Wikipedia](#):

“Um *distrito de melhoria de negócios* (BID) é uma área definida na qual as empresas são obrigadas a pagar um imposto (ou taxa) adicional para financiar projetos dentro dos limites deste distrito. O BID é frequentemente financiado principalmente por taxas, mas também pode se basear em outras fontes de financiamento públicas e privadas. Os BIDs podem ter outros nomes, como área de aprimoramento de negócios (BIA), zona de revitalização de negócios (BRZ), distrito de aprimoramento comunitário (CID), área de serviços comunitários (SSI) ou distrito de aprimoramento especial (SID). Esses distritos normalmente financiam serviços que são percebidos por algumas empresas como sendo inadequadamente desempenhados pelo governo com suas receitas tributárias existentes, como limpeza de ruas, segurança, realização de melhorias de capital, construção de melhorias para pedestres e paisagens urbanas e comercialização da área. Os serviços prestados pelas licitações são complementares aos já prestados pelo município. A receita deriva de uma avaliação tributária sobre proprietários de imóveis comerciais e, em alguns casos, proprietários de imóveis residenciais”.

E sobre *Parque Tecnológicos*? Claro que sim, pois temos um circundando a UFRN há quase 03 anos. Mas, para não fugir à regra, peguemos da mesma fonte:

“Um parque tecnológico (PqTec) é uma concentração geográfica de empresas, instituições de ensino, incubadoras de negócios, centros de pesquisa e laboratórios que criam um ambiente favorável à inovação tecnológica. À medida que passam a compartilhar do mesmo ambiente, empresas, universidades, centros de pesquisa e investidores, geram benefícios econômicos em comum e para a comunidade, são ambientes quando consolidados oferecem excepcional qualidade de desenvolvimento urbano, permitindo a geração de pólos de desenvolvimento social e econômico”.

Conceitos bem parecidos, GBB-San. Então, qual a celeuma?

Pois bem... Observo que no Brasil começamos por tentar entender os conceitos de inovação de forma correta, mas aplicá-los sem reflexão. Um deles é sobre *áreas geográficas de inovação*. Muitos já fizeram o dever de casa e por isto estão colhendo frutos. O RN não! Não soubemos nem aproveitar o exemplo de nosso vizinho.

Nessa aula condensada de número 93, pretendo mostrar que as diferenças entre PaTec e BID - sutis, porém esmagadoras entre ambas abordagens - residem no fato de errarmos o sentido de aplicação; na verdade, invertermos. O velho truque de trocar a causa pelo efeito e versa-vice. O resultado: ineficiência, custo, insatisfação dos portadores de CPF e CNPJ que estão nessas áreas e, como consequência, frustração geral irradiada a potenciais empreendedores. Claro que esta visão, como sempre, é só um ponto de vista. Fiquem à vontade para questionar.

Quadro verde & azul

PqTec (<i>made in Brazil</i>)	BID (Modelo Mundial)
Redução de taxas das empresas	Cobrança de taxas das empresas
Serviços essenciais mantidos pelos Municípios	Serviços essenciais mantidos por Parceria Público Privada (PPP)
Incremento do valor de locação de imóveis	Adoção de imóveis pelos interessados
Universidade como gestora	Tríplice Hélice (EDU, COM e GOV) como gestores
Recursos por editais submetidos a fundos setoriais e emendas parlamentares	Fundos de Investimentos interessados
Pequenas empresas (startups) tentando sobreviver	Grandes empresas (âncoras) fomentando startups
Locatários de imóveis beneficiados	População como um todo (CPF + CNPJ) atuantes e beneficiados
Monotematico: Inovação tecnológica	Multitemático: Economia Criativa

Quadro Verde & Azul. Comparação entre PqTec e BID

No quadro comparativo, elucidei pontos que achei importantes. Em azul podemos ver o que a África do Sul, o Canadá, a Europa em quase sua totalidade e os Estados Unidos (não consegui identificar nos tigres asiáticos; talvez a nomenclatura seja outra) perceberam há algum tempo e estão executando.

No Brasil, temos perto de 90 PqTec. Os mais famosos (pra mim, talvez porque os tenha visitado...) são: o Porto Digital (PE), o Parque Tecnológico do Rio (RJ), o Tecnopuc (RS), o Sapiens Parque (SC), o BH-TEC (MG) e o Parque Tecnológico de São José dos Campos (SP). O que há de comum entre eles, com exceção do Porto Digital: não recuperaram ou revitalizaram áreas urbanas. E isso faz toda a diferença!

A inversão do sentido

Caminhamos cada vez mais para um mundo em que a gestão dos “bens do povo” - prefiro esta expressão à “bens públicos”, pois esta me dá a impressão que os bens pertencem a ninguém - deverá ser melhor distribuída. Acredito em um Estado regulador e eficiente, mas não em um Estado empreendedor pois, infelizmente, nossos “homens e Mulheres públicas” sempre confundem as coisas. E nessa linha que percebo a inversão dos conceitos.

Olhando para o quadro verde & azul e para onde caminham os países que estão tecnologicamente à nossa frente, economicamente falando, pode-se perceber que, em nosso caso, o Estado está subsidiando o empreendedorismo, configurando então uma antítese em duas frentes: na primeira, se mata o espírito empreendedor, pois o auxílio a baixo custo vicia, e, na segunda, sobrecarrega o Estado. Resultado: nossos PaTec, que se encaixam no lado verde do quadro, são sempre deficitários, pois correm permanentemente atrás de recursos puramente públicos. Tanto seus dirigentes quanto seus empreendedores.

Se levarmos em conta apenas à questão geográfica, os da coluna verde são, em sua maioria, fincados em áreas nobres das cidades, inflando em muito o valor do metro quadrado, incentivando a saída de seus moradores, que preferirão locar suas casas a preços maiores, contribuindo para a morte da vida urbana e a criação de espaços puramente comerciais. Por estes motivos, estas áreas não favorecem a implantação de grandes empresas-âncora, fomentadora de startups, pois o custo para desocupação e construção, por serem altos, tornam-se desinteressantes, ao passo que um acordo para revitalizar um espaço “decadente” seria muito atrativo para ambos os lados. Barato para empresa e rentável para o Estado, que passaria a ter impostos referentes à ativação desses espaços abandonados.

A tríplice gestão também promoveria a desburocratização e aquisição de recursos financeiros, pois parcerias PPP seriam dirigidas por pessoas que entendem de Mercado de ambos os lados (Público e Privado) e não só por acadêmicos - dirigentes habituais dos PaTec -, tornando mais fácil o desembaraço dos trâmites. Com isto, fundos de investimentos sentiriam-se confortáveis em aplicar recursos nessas áreas, gerando mecanismos propícios à atração e criação de startups.

Se considerássemos a participação das empresas e da sociedade nos PaTec, assim como acontecem com os BID, em pouco tempo, o tipo de economia desses espaços geográficos de inovação passaria do puramente tecnológico para o amplamente criativo, assim como ocorreu com o Porto Media e o Armazém da Criatividade, *spin offs* do Porto Digital, tipo de economia que representou, em 2019, cerca 3% do PIB-BR, gerando em torno de 30 milhões de [empregos no mundo](#).

Finalizando...

Esse modelo de Parque Tecnológico instalado em área nobre e dirigido monocraticamente pela academia, é o inverso do esperado pelo espírito empreendedor, o qual se propõe a gerar riqueza contribuinte para a arrecadação pública. Temos uma academia que ao invés de desenvolver uma Ciência Aplicada se confunde com o Estado - ente quebrado -, agindo sem se dar conta que está destruindo as concepções de empreendedorismo e de inovação. Assistimos e aplaudimos o efeito alterar a causa. O rabo balançar o elefante. O público fomentar o privado.

A inovação não pode ser subsidiada. Ela tem de ser o motor da economia!